



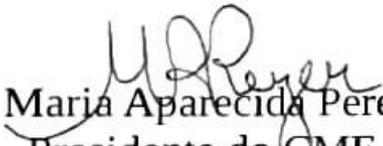
Ata 010/2025

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco reuniram-se na sede do CME os conselheiros Camila Bottero Corrêa, Dináh Quesada Beck, Janaína Domingues, Lisiane Ferreira de Lima, Lisiane Kisner Silveira Torres, Mirian Pureza, Rita de Cassia Madruga, assessora técnica Jaqueline Micelle presididos pela conselheira Maria Aparecida Reyer. Ausentes, por motivo justificado, o conselheiro Alexandre Souza e as conselheiras Claudia Batista, Daiane Carvalho, Meri Barbosa, Patricia Noronha, Silvia Soares, Viviane da Fontoura e a secretária do CME Lílian Xavier Machado. A reunião começou com a leitura e aprovação da Ata 09/2025. A seguir, foi repassada ao Pleno a seguinte correspondência recebida: a) Ofício 1200/2025, datado de vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, encaminhado pela Superintendencia de Gestão de Pessoas da Secretaria de Educação, solicitando licença para secretária na escola Dom Pedro II; b) documento encaminhado pelo Conselho Tutelar de Rio Grande, via email, datado de 27 de maio de 2025, contendo denúncia de agressão física a um estudante por seus colegas de turma, na escola Porto Seguro. Também foi repassada ao Pleno as seguintes correspondências expedidas, todas datadas de vinte e seis de maio de dois mil e vinte e cinco: a) Ofício 056 encaminhado à responsável pelo setor de viaturas da SMEd solicitando viatura; b) Ofício 057/2025, direcionado ao Núcleo de Educação Infantil da Secretaria de Educação, encaminhando Parecer 05/2025 do CME; c) Ofício 058/2025, encaminhado ao Gerente Pedagógico da SMEd enviando Parecer 05/2025 do CME. Em relação à denúncia recebida, a presidente diz não entender o porquê do envio ao CME, visto que o Conselho tutelar é a instância para resolver essas situações e que esse caso em específico, deve ser resolvido entre Conselho Tutelar e Ministério Público. Solicita, também, que o documento seja enviado ao Superintendente Pedagógico da SMEd. Dando continuidade, a presidente explicou que o documento da BNCC da Computação não será entregue nesta data, pois o grupo de trabalho está nos ajustes finais do documento e solicitou a aprovação do mesmo, visto que a conselheira Dinah participou como representante do CME no GT e, também, o documento foi estudado e debatido nesse conselho em muitas sessões, antes da versão final. O pleno concordou com a aprovação do documento. A seguir, foi repassado o relato de visitas feitas às escolas municipais: Escola Zenir Esmeraldo: a reunião ocorreu na presença da vice-diretora, a coordenadora da escola e as conselheiras Dinah, Maria Aparecida e Rita. A professora não se encontrava no momento, havia sido dispensada para organizar seu material pedagógico, pois era a semana das recuperações e os alunos aprovados nas disciplinas são liberados. A equipe da escola mostrou a ata feita com a professora sobre a questão da prática pedagógica da mesma. A vice-diretora relatou que enfrenta muitos problemas com a professora Rubia, alvo da denúncia, porque ela não cumpre prazos, não entrega os documentos solicitados, perde provas e trabalhos dos alunos, age com ironia e desrespeito quando chamada a esclarecimentos. Disse, também, que não presenciou os palavrões supostamente ditos pela professora, mas que já a colocou à disposição; no entanto, a SMEd manteve a professora na escola. A conselheira Lisiane Lima explica que a coordenação dos anos finais da Secretaria recebeu, em momentos distintos, o diretor da escola e os pais dos alunos envolvidos. Ela relata que o diretor encontra-se preocupado com a situação em si, que são recorrentes as atitudes da professora, está

em ata que ela ensina palavras em francês aos alunos. A conselheira Liisane Lima diz que há mais de uma ata com ameaças da professora e que não é do interesse do diretor da escola dispensar a professora. A conselheira Rita fala que percebeu dessa forma e que os pais também notaram essa atitude do diretor. A conselheira Dinah diz que não são somente dois alunos que reclamam, são muitos e que os profissionais da direção da escola estão cansados com essa situação. A presidente informa que o CME aguardará o retorno da direção da escola, após a reunião com a SMEd. A conselheira Dinah infere que se dê um prazo para que a escola resolva internamente essa situação, pois o diretor já deliberou algumas ações que precisam de tempo para serem contempladas. O pleno decide por acatar a proposição da conselheira Dinah. A seguir, passo-se ao relato da visita realizada na escola São João: a conselheira Lisiane Lima entende que a transição do quinto para o sexto ano é bem difícil, que pais e alunos se espantam com a mudança de metodologia e, talvez, seja essa o motivo das desavenças entre pais e professora e que explicou isso aos pais em uma reunião na SMEd. A presidente diz que foram recebidos pela direção da escola a qual explicou que há três atas com a professora e cinco denúncias de pais, pois quando ocorreu a primeira denúncia, os outros pais se encorajaram e denunciaram também.. A comissão solicitou que a professora fosse chamada e ela veio tranquila, dizendo que estava sentindo-se mal com essa situação de perseguição sofrida na escola. A diretora diz que não escuta a professora gritar e nem as ofensas aos alunos, foi surpreendida com essas denúncias e está contrangida com essa situação, pois no momento do ocorrido na escola, havia uma festa para as mães .A conselheira Dinah diz que a professora passa por problemas emocionais e que muitas vezes a agressão não vem pelo tom de voz e que a fala da professora seja no sentido de alerta aos alunos. Segundo a conselheira, na visão da diretora, a turma está bem, sem reclamações e que a professora trabalha de forma tranquila na escola no outro turno. A conselheira Rita diz que a mãe do estudante foi chamada há algum tempo na escola pela sala de recursos e que agora uma das queixas é que a professora sugeriu à família que o estudante fosse encaminhado a um psicólogo. A conselheira Dinah infere que a professora sugeriu isso na porta da escola e que não pode acontecer desse jeito, deve haver cuidado com as palavras e nas relações com as crianças. A forma correta é a direção chamar a família e sugerir o psicólogo. A conselheira também critica o laudo do estudante dado pelo psicólogo, classificando o material como “superrespetaculoso”, vergonhoso e não condizente com uma avaliação psicológica. Ainda, diz a conselheira, o psicólogo negou-se a ir à escola e somente o fará se for chamado em processo. A professora denunciou o profissional em questão ao Conselho de Psicologia. A presidente concorda com a fala da conselheira Dinah e infere que o CME teve acesso ao laudo e que o referido psicólogo, também é advogado. A conselheira Rita diz que a professora não quer deixar a turma, pois irá se configurar um erro o qual ela não cometeu, nega as acusações dos pais e que na visão da conselheira, professora passa por visíveis problemas. No entanto, a professora apontou os problemas do estudante, sugeriu o encaminhamento e a família não aceita, A conselheira Mirian explica que há muitos erros nessa relação, que o procedimento correto seria a sala de recursos chamar a mãe, sugerir o atendimento, fazer o registro e que mãe poderia negar o atendimento, mas a orientação da escola tem que saber o porquê da recusa.. O pleno do CME decide por comunicar à escola sobre o procedimento a ser tomado, pois já houve a escuta e visita entre CME e escola; escuta e visita entre SMEd e escola e escuta aos pais. A escola receberá correspondência indicando que ela deve mediar conflito e, que após algum tempo, será verificado se o problema foi solucionado. Caso não, outras medidas serão tomadas. Não havendo nada mais a declarar, encerro a presente ata que após lida e aprovada, será assinada por mim e pela presidente.

Jaqueline Micelle-

Assessora Técnica do CME


Maria Aparecida Pereira Reyer
Presidente do CME